

# Omni S.A. Crédito Financiamento e Investimento

**Demonstrações contábeis  
consolidadas do Conglomerado  
Prudencial em 31 de dezembro  
2014**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial</b>	<b>4</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração da mutação do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>11</b>

## **Relatório da Administração**

Senhores acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V. Sas. As Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, juntamente com o parecer de nossos auditores independentes.

A Administração está à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer informações que julgarem necessárias.

São Paulo, 08 de abril de 2016.



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial**

Aos  
Diretores da  
Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 2, 3 e 4, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração da Financeira, de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de



Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em nossa opinião, as demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Financeira em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

#### **Ênfases**

##### ***Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial***

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam:

- (a) As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.
- (b) Por ser a primeira apresentação semestral das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a diretoria da Financeira optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular n.º 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.



### Outros assuntos

A Financeira elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 18 de agosto de 2014.

São Paulo, 11 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato  
Contador CRC 1SP160769/O-0

# Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

## Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Dezembro 2014	Passivo	Dezembro 2014
<b>Circulante</b>	<b>1.419.937</b>	<b>Circulante</b>	<b>1.239.108</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>9.331</b>	<b>Depósitos</b>	<b>190.046</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>318.827</b>	Depósitos interfinanceiros	44.463
Aplicações no mercado aberto	294.723	Depósitos a prazo	145.583
Aplicações em depósitos interfinanceiros	24.104	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	<b>219.935</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>25.406</b>	Recursos de aceites cambiais	219.935
Carteira própria	20.255	<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>168.626</b>
Vinculados à prestação de garantias	5.151	Obrigações por empréstimos no exterior	67.932
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>10.499</b>	Debêntures	100.694
<b>Operações de crédito</b>	<b>879.083</b>	<b>Outras obrigações</b>	<b>660.501</b>
Setor privado	650.870	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	381
Operações de crédito vinculadas a cessão	375.894	Fiscais e previdenciárias	72.206
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(147.681)	Obrigações por cotas de fundos de investimentos	481.020
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>124</b>	Diversas	106.894
Arrendamento mercantil a receber - setor privado	2.548	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>809.138</b>
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	(2.292)	<b>Depósitos</b>	<b>309.550</b>
(Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	(132)	Depósitos interfinanceiros	21.519
<b>Outros créditos</b>	<b>88.423</b>	Depósitos a prazo	288.031
Diversos	91.018	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	<b>435.106</b>
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	(2.595)	Recursos de aceites cambiais	435.106
<b>Outros valores e bens</b>	<b>88.244</b>	<b>Outras obrigações</b>	<b>64.482</b>
Bens não destinados a uso	17.743	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	64.482
Provisões para desvalorização	(7.631)	<b>Resultado de exercícios futuros</b>	<b>417</b>
Despesas antecipadas	78.132	Resultado de exercícios futuros	417
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>865.658</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>252.943</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>2.649</b>	Capital	217.718
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.649	De domiciliados no País	217.718
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>226.628</b>	Ajustes de avaliação patrimonial	(9)
Carteira própria	226.433	Reserva de lucros	35.067
Vinculados à prestação de garantias	195	Participação de não controladores	167
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>2.952</b>		
<b>Operações de crédito</b>	<b>471.750</b>		
Setor privado	308.977		
Operações de crédito vinculadas a cessão	193.200		
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(30.427)		
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>62</b>		
Arrendamento mercantil a receber - setor privado	5.283		
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	(4.946)		
(Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	(275)		
<b>Outros créditos</b>	<b>84.600</b>		
Diversos	84.600		
<b>Outros valores e bens</b>	<b>77.017</b>		
Despesas antecipadas	77.017		
<b>Permanente</b>	<b>16.011</b>		
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>12.769</b>		
Bens arrendados	12.350		
Superveniência de depreciação	2.417		
(Depreciação acumulada)	(1.998)		
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>3.242</b>		
Outras imobilizações de uso	7.785		
(Depreciação acumulada)	(4.543)		
<b>Total do ativo</b>	<b>2.301.606</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>2.301.606</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	2º Semestre 2014	Exercício 2014
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>296.651</b>	<b>613.666</b>
Operações de crédito	264.312	583.263
Operações de arrendamento mercantil	963	1.226
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	21.746	30.414
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	9.630	(1.237)
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(143.172)</b>	<b>(310.652)</b>
Operações de captação no mercado	(114.675)	(201.744)
Operações de empréstimos e repasses	(16.659)	(15.750)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.593)	(1.622)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.245)	(91.536)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>153.479</b>	<b>303.014</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(139.829)</b>	<b>(270.538)</b>
Receitas de prestação de serviços	48.476	86.300
Despesas de pessoal	(22.289)	(37.349)
Outras despesas administrativas	(138.410)	(269.113)
Despesas tributárias	(18.727)	(35.732)
Resultado de participações societárias	(1.216)	(1.216)
Outras receitas operacionais	21.799	36.692
Outras despesas operacionais	(29.462)	(50.120)
<b>Resultado operacional</b>	<b>13.650</b>	<b>32.476</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(724)</b>	<b>(2.797)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>12.926</b>	<b>29.679</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>8.462</b>	<b>6.875</b>
Provisão para imposto de renda	684	(5.550)
Provisão para contribuição social	(101)	(2.367)
Ativo fiscal diferido	7.879	14.792
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>21.388</b>	<b>36.554</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

### Demonstração da mutação do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital	Capital à integralizar	Reserva		Ajustes de avaliação patrimonial	acumulados acumulados	Total
			Legal	Lucros			
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	<b>218.588</b>	<b>(870)</b>	<b>684</b>	<b>12.995</b>	<b>97</b>	<b>-</b>	<b>231.494</b>
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	-	(106)	-	(106)
Integralização de capital	(870)	870	-	-	-	-	-
Lucro do semestre - controlador	-	-	-	-	-	21.388	21.388
Lucro do semestre - não controlador	-	-	-	-	-	167	167
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	-	1.078	-	-	-	1.078
Reserva de lucros	-	-	-	20.477	-	(21.555)	(1.078)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2014</b>	<b>217.718</b>	<b>-</b>	<b>1.762</b>	<b>33.472</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>	<b>252.943</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>218.588</b>	<b>(870)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>106</b>	<b>(1.487)</b>	<b>216.337</b>
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	-	(115)	-	(115)
Integralização de capital	(870)	870	-	-	-	-	-
Lucro do exercício - controlador	-	-	-	-	-	36.554	36.554
Lucro do exercício - não controlador	-	-	-	-	-	167	167
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	-	1.762	-	-	(1.762)	-
Reserva de lucros	-	-	-	33.472	-	(33.472)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro 2014</b>	<b>217.718</b>	<b>-</b>	<b>1.762</b>	<b>33.472</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>	<b>252.943</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

## Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2014	Exercício 2014
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>12.926</b>	<b>29.679</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.245	91.536
Depreciação	247	427
Provisão de passivos contingentes	5.678	7.344
Perda de imobilizado	(2)	-
Perdas em outros valores e bens	1	1.626
Imposto de renda e contribuição social correntes	583	(7.917)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.879	14.792
Ajuste MTM de título patrimonial	(106)	(115)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>37.451</b>	<b>137.372</b>
<b>(Aumento)/redução nos ativos operacionais</b>	<b>(243.153)</b>	<b>(485.569)</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.801	4.148
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(136.862)	(211.174)
Instrumentos financeiros derivativos	(12.547)	(8.547)
Operações de crédito	(75.165)	(238.338)
Operações de arrendamento	(128)	(186)
Outros créditos	(18.569)	(18.637)
Outros valores e bens	(1.683)	(12.835)
<b>Aumento/(redução) nos passivos operacionais</b>	<b>363.010</b>	<b>594.528</b>
Depósitos	(104.301)	(37.857)
Obrigações por operações compromissadas	(4.000)	(1.003)
Recursos de aceites cambiais	363.286	422.933
Obrigações por empréstimos e repasses	809	(3.503)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.057)	-
Outras obrigações	108.322	214.011
Resultado de exercícios futuros	(49)	(53)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
<b>Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>157.308</b>	<b>246.331</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Imobilizado de uso	(355)	(997)
Imobilizado de arrendamento	(8.362)	(12.769)
Alienação de imobilizado de uso		
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(8.717)</b>	<b>(13.766)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Participação de não controladores no patrimônio	168	168
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>168</b>	<b>168</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>148.759</b>	<b>232.733</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	179.399	95.425
No fim do exercício	328.158	328.158
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>148.759</b>	<b>232.733</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

### **1 Contexto operacional**

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

### **2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial**

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução no 4.280/13 determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação. Neste sentido, abrangem as demonstrações contábeis da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, empresas controladas e fundos de investimentos, conforme requerido na Resolução no 4.280/13.

Para a elaboração dessas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, foram eliminadas saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas, eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas, bem como foram destacadas a participação referente aos acionistas minoritários.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial compreendem as seguintes entidades:

	<b>Atividades</b>	<b>Participação Total</b>
<b>Instituições Financeiras</b>		
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador
Omni S.A. Arrendamento Mercantil (1)	Arrendamento	100,00%
<b>Securitizadora</b>		
Multibens - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	100,00%
Omni - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (1)	Securitizadora	100,00%
<b>Fundos de Investimentos</b>		
Ourinvest Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos II	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos VI	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos VII	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos VIII	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos IX	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos X	Fundo e Investimento	100,00%
<b>Outras - art. 8º</b>		
Omni Gestão e Cobrança Ltda (1)	Prestação de Serviços	100,00%
Omni Informática Ltda (1)	Prestação de Serviços	100,00%
Omni Administradora de Cartões de Crédito Ltda	Cartões	100,00%

- (1) Empresa consolidada proporcionalmente, em consonância com a Resolução no 2.723/00 do CMN e Instrução CVM no 247/96.

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram aprovadas em 07 de abril de 2015.

### **3 Descrição das principais práticas contábeis**

#### **a. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis das Instituições que compõem o Conglomerado são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que as Instituições operam.

#### **b. Apuração do resultado**

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

#### **c. Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**d. Estimativas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações contábeis.

**e. Moeda estrangeira**

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

**f. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**g. Títulos e valores mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

- (i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
  - (ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
  - (iii) Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- h. Instrumentos financeiros derivativos**
- A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a “*hedge*”, com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de “*hedge*”, são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN.

Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “*pro rata*” dia até a data do balanço.

**i. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa**

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

**j. Operações de arrendamento mercantil**

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (a) Não cancelamento;
- (b) opção de compra; e
- (c) atualização prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:
  - **Arrendamento a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
  - **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.
  - **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs. 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40 % da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3000/99, quando tratar-se de bem usado, onde a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%.

A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada a débito da despesa de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

- **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do exercício de 2014 uma insuficiência de depreciação, no montante de R\$ (45) e uma superveniência de depreciação no valor de R\$ 2.462. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 2.417 resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ 604. O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda diferido oriundo do ajuste de superveniência é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrado na rubrica “Outros Créditos - Diversos”.
- **Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

**k. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessões de crédito**

As cessões de créditos realizadas até 31 de dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a Circular nº 3.213/03 do BACEN com reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco. A partir de 1º de janeiro de 2012, as cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Os ajustes decorrentes da reversão da PCLD registrada na carteira dos fundos são contabilizados na rubrica de “Outros Créditos” e os ajustes decorrentes da sensibilização do atraso das operações em comum entre os Fundos e a Instituição são contabilizados na rubrica de “Outras Obrigações”.

**l. Outros valores e bens**

- **Despesas antecipadas**

As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito são apropriadas pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado.

- **Bens não de uso**

Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes.

**m. Permanente**

***Investimentos***

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

***Imobilizado***

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

**n. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período.

**o. Depósitos e captações no mercado aberto**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

**p. Empréstimos e repasses no exterior**

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos de juros e da variação cambial até a data dos balanços.

**q. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

**r. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.

- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

**s. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

**t. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

#### **4 Composição de caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<b>2014</b>
<b>No início do exercício</b>	<b>95.425</b>
Disponibilidades	15.496
Aplicações no mercado aberto	68.960
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.969
<b>No final do exercício</b>	<b>328.158</b>
Disponibilidades	9.331
Aplicações no mercado aberto	294.723
Aplicações em depósitos interfinanceiros	24.104
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>232.733</b>

## 5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

### a. Concentração por tipo e prazo de vencimento

	2014			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada				
Letras Financeiras Tesouro - LFT	3.502	-	-	3.502
Letras do Tesouro Nacional - LTN	291.221	-	-	291.221
Aplicações em depósitos interfinanceiros	20.039	4.065	2.649	26.753
<b>Total</b>	<b>314.762</b>	<b>4.065</b>	<b>2.649</b>	<b>321.476</b>

## 6 Títulos e valores mobiliários

### a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

#### *Para negociação*

	2014		
	Até 3 meses	Valor mercado/ contábil	Valor custo atualizado
Títulos de capitalização	8	8	8
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>

#### *Disponível para venda*

	2014						
	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor mercado/ contábil	Valor custo atualizado
Notas do Tesouro Nacional -NTN B	-	-	195	-	-	195	195
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	-	4.071	-	4.071	4.071
Cota de fundos de investimentos	17.853	7.545	6.734	27.478	107.766	167.376	167.376
Certificado de depósito bancário - CDB	-	-	80.384	-	-	80.384	80.384
<b>Total</b>	<b>17.853</b>	<b>7.545</b>	<b>87.313</b>	<b>31.549</b>	<b>107.766</b>	<b>252.026</b>	<b>252.026</b>

Em 31 de dezembro de 2014 as quotas de fundos de investimento, os títulos públicos federais e os títulos de capitalização estavam registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Instituição emissora dos títulos de capitalização, respectivamente.

O critério utilizado para marcação a mercado das aplicações em quotas de fundo de investimento é baseado no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo e o valor de mercado das letras financeiras do tesouro e das notas do tesouro nacional é apurado com base nos preços dos ativos negociados no mercado secundário, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

A atualização das aplicações em quotas de fundos de investimentos é efetuada com base no valor da quota divulgada pelos administradores dos fundos e os ajustes decorrentes da reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrado na carteira dos fundos e estão classificados no grupo de “Outros créditos”, nota explicativa nº 9 divulgada pela CETIP S.A. - Mercados Organizados. As letras financeiras do tesouro e as notas do tesouro nacional são atualizadas pela taxa básica de juros brasileira - Selic.

**b. Resultado com títulos e valores mobiliários**

	2º Semestre 2014	Exercício 2014
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	10.238	14.015
Rendas de aplicação em CDB	3.008	3.880
Rendas de aplicação em quotas de fundos de investimento	3.933	4.488
Resultado de aplicação em NTN - notas do tesouro nacional	(536)	61
Resultado de aplicação em Letras do Tesouro Nacional	(1.089)	-
Rendas de aplicação em LFT - letras financeiras do tesouro	6.241	8.110
Prejuízo com títulos de capitalização	(49)	(140)
<b>Total</b>	<b>21.746</b>	<b>30.414</b>

**7 Instrumentos financeiros derivativos**

A Instituição, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos relativos a descasamentos de indexadores sobre seus instrumentos financeiros efetuou operações de “swap”.

Os contratos futuros são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado da Financeira.

**a. Posição das operações:**

Operações de Swap	Empresa	Valor Referencial	Valor da Curva Ativo	Valor da Curva Passivo	Diferencial a pagar/receber
CDI x IPCA	CFI	8.833	5.842	(5.841)	1
Dolar x CDI	CFI	55.438	67.932	(57.435)	10.497
VCP x PTAX-V	FIDC VIII	118.125	130.637	(129.746)	891
PRE x CDI	FIDC X	158.860	173.301	(172.320)	981
VCP x PTAX-V	FIDC IX	109.307	120.276	(119.385)	891
FCD IDI x PRÉ	OURINVEST	330	403	(213)	190
		<b>450.893</b>	<b>498.391</b>	<b>(484.940)</b>	<b>13.451</b>

O swap CDI vs. IPCA foi contratado em negociação associada à operação de captação em CDI e o swap Dólar vs. CDI para eliminar o risco cambial da captação de Eurobonds. Essas operações foram contratadas com prazos iguais, com as mesmas contrapartes e não permite liquidações em separado ou antecipadas de suas operações associadas de acordo com a Circular 3.150/02. Em função destas características os swaps são considerados como operações de hedge e, portanto, não são marcados a mercado.

### **Operações de futuro**

	<b>2014</b>		
	<b>Valor de principal Posição vendida</b>	<b>Total</b>	<b>Ajuste Diário</b>
Mercado futuro (*)			
DOL	1.334	1.334	28

(\*) Essas operações são utilizadas para proteção contra riscos inerentes às variações cambiais.

Os valores a receber e a pagar de operações de swap estão registrados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos e de operações de futuro na rubrica “Negociação e intermediação de valores”. Os valores nominais estão registrados em contas de compensação. Em 31 de dezembro de 2014, os ajustes diários das operações de futuro, registrados em mercados futuros montam R\$ 28.

#### **b. Diversificação por prazo de vencimento**

Contratos Swap	Empresa	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
CDI - ativo	CFI	-	-	5.842	-	-	5.842
IPCA - passivo	CFI	-	-	(5.841)	-	-	(5.841)
Dolar - ativo	CFI	-	-	67.932	-	-	67.932
CDI - passivo	CFI	-	-	(57.435)	-	-	(57.435)
VCP - ativo	FIDC VIII	-	-	130.637	-	-	130.637
PATX-V - passivo	FIDC VIII	-	-	(129.746)	-	-	(129.746)
PRE - ativo	FIDC X	-	-	-	-	173.301	173.301
CDI - passivo	FIDC X	-	-	-	-	(172.320)	(172.320)
VCP - ativo	FIDC IX	-	-	-	120.276	-	120.276
PTAX-V - passivo	FIDC IX	-	-	-	(119.385)	-	(119.385)

As operações de futuros são registradas em contas de compensação pelo valor do principal. Essas operações são realizadas no âmbito da BM&F Bovespa S.A.

As operações de “swap” são registradas na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

#### **c. Segregação por local de negociação**

Os valores de referência e de contrato dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação, estão demonstrados a seguir:

	<b>2014</b>
Futuros (BM&F Bovespa)	1.334
Swap (CETIP)	450.893

#### **d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos**

O valor das receitas e despesas líquidas, registradas no exercício de 2014 estão demonstrados a seguir:

	<b>2º Semestre 2014</b>	<b>Exercício 2014</b>
Contratos de swap	9.744	(960)
Contratos futuros	(405)	(277)
Contratos de Opções	291	-
	<b>9.630</b>	<b>(1.237)</b>

**e. Instrumentos financeiros derivativos - Margens dadas em garantia**

A margem dada em garantia de operações negociadas na BMF&Bovespa com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 195.

**8 Operações de crédito**

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

**a. Composição das operações de créditos e títulos e créditos a receber**

	<b>2014</b>
Empréstimos - Setor privado	85.507
Operações de crédito vinculadas à cessão - empréstimos	44.118
Financiamentos - Setor privado	780.422
Operações de crédito vinculadas a cessão - financiamentos	524.976
Outros empréstimos - cartão de crédito	61.680
Outros financiamentos - cartão de crédito	32.238
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	<u>48.435</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.577.376</u></b>

**b. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por tipo de cliente e atividade econômica**

	<b>2014</b>
Industria	44
Comércio	79
Outros serviços	19.240
Pessoas físicas	<u>1.558.013</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.577.376</u></b>

**c. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por vencimento, considerando as parcelas dos contratos**

<b>Faixas de vencimento</b>	<b>2014</b>
<b>Créditos vencidos</b>	
A partir de 15 dias	150.184
<b>Créditos a vencer</b>	
Até 3 meses	437.288
3 a 12 meses	487.727
1 a 3 anos	472.471
3 a 5 anos	<u>29.706</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.577.376</u></b>

**d. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682 do CMN**

Nível	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e créditos a receber (i)	Total da carteira	%	Provisão
A	257.259	4.888	262.147	0,5	1.311
B	618.584	14.204	632.788	1	6.328
C	327.592	15.486	343.078	3	10.292
D	111.314	13.016	124.330	10	12.433
E	51.033	161	51.194	30	15.358
F	28.966	75	29.041	50	14.521
G	24.951	95	25.046	70	17.532
H	109.242	510	109.752	100	109.752
<b>Total</b>	<b>1.528.941</b>	<b>48.435</b>	<b>1.577.376</b>		<b>187.527</b>

(i) Contempla o saldo de cartão de crédito.

**e. Resultado das operações de crédito**

	2. Semestre 2014	Exercício 2014
Rendas de empréstimos	24.252	45.911
Rendas de financiamentos	176.937	377.993
Rendas de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	78.691	176.170
Resultado na cessão de operações de crédito (ii)	(893)	(4.206)
Resultado na securitização de crédito	(32.571)	(47.925)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	13.749	27.475
Outras rendas de cartão de crédito	4.147	7.845
<b>Total</b>	<b>264.312</b>	<b>583.263</b>

(i) Refere-se ao resultado com operações de crédito vinculadas a cessão de acordo com a Resolução nº 3.533.

(ii) Refere-se ao resultado com operações de créditos cedidos antes da Resolução nº 3.533.

**f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	2014
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>193.986</b>
Constituição	365.011
Reversão	(273.882)
Baixados para prejuízo	(104.412)
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>180.703</b>

**9 Operações de arrendamento mercantil**

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais as quais são resumidas como segue:

**a. Composição da carteira de arrendamento**

	<b>2014</b>
Arrendamento a receber - setor privado	7.831
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(7.238)
Imobilizado de arrendamento	12.769
Credores por antecipação de valor residual - VRG	<u>(5.891)</u>
<b>Valor presente da carteira de arrendamento mercantil</b>	<b><u>7.471</u></b>

**b. Classificação por atividade**

	<b>2014</b>
Indústria	239
Pessoas físicas	<u>7.232</u>
<b>Total</b>	<b><u>7.471</u></b>

**c. Diversificação por prazo**

*Setor privado*

	<b>2014</b>
Vencidos a partir de 15 dias	572
A vencer até 90 dias	696
A vencer de 3 mese a 1 ano	1.671
A vencer de 1 a 5 anos	<u>4.532</u>
<b>Total</b>	<b><u>7.471</u></b>

**d. Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa**

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99 em 31 de dezembro de 2014, estavam assim distribuídos.

*Movimentação da provisão*

	<b>2014</b>
<b>Saldo inicial</b>	-
Constituição	407
<b>Saldo final</b>	<b><u>407</u></b>

**e. Composição por níveis de riscos**

Nível de risco	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	763	0,5%	4
B	2.038	1,0%	20
C	2.534	3,0%	76
D	1.880	10,0%	188
E	109	30,0%	33
F	112	50,0%	56
G	17	70,0%	12
H	<u>18</u>	100,0%	<u>18</u>
<b>Total</b>	<b><u>7.471</u></b>		<b><u>407</u></b>

## 10 Outros créditos - Diversos

	<b>2014</b>
Rendas a receber	2.536
Adiantamentos diversos	7.724
Créditos tributários de impostos e contribuições	100.141
Devedores por depósitos em garantia (i)	9.639
Impostos e contribuições a compensar (ii)	3.421
Títulos e créditos a receber (iii)	48.435
Devedores diversos - país	2.394
Devedores diversos - exterior	1.328
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - cartões de crédito	(2.595)
<b>Total</b>	<b><u>173.023</u></b>

- (i) Depósitos bancários retidos pelo poder judiciário para garantia em ações judiciais.
- (ii) Representado por impostos e contribuições antecipados, para compensação futura.
- (iii) Representados por valores a receber de clientes da operação de cartão de crédito a vencer.

## 11 Outros valores e bens

### a. Bens não destinados a uso

Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. Em 31 de dezembro de 2014 seus saldos totalizavam R\$ 10.112.

### b. Despesas antecipadas

Referem-se, basicamente, a:

	<b>2014</b>
Comissão s/ colocação dos FIDC's	12.282
Comissão s/ colocação DPGE	402
Comissão s/ colocação CDI	175
Comissão s/ colocação LC	8.654
Custos de originação de operações de crédito	131.976
Outras	1.660
<b>Total</b>	<b><u>155.149</u></b>
Curto prazo	77.963
Longo prazo	77.186

As comissões são pagas pela intermediação de operações e são reconhecidas durante o tempo de duração dos contratos e seu valor de apropriação é calculado pelo método linear.

## 12 Imobilizado de arrendamento

	<b>2014</b>
Veículos e afins	<u>12.350</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>12.350</u></b>
Superveniência de depreciação	2.417
Depreciações acumuladas	<u>(1.998)</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>419</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>12.769</u></b>

O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

## 13 Obrigações

### a. Abertura por prazo de vencimento

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total 2014
Depósitos interfinanceiros	12.328	32.135	21.519	-	-	-	65.982
Depósitos a prazo	1.282	144.301	152.720	1.121	122.495	11.695	433.614
Recursos de aceites cambiais - letras de câmbio	27.180	194.583	310.842	60.991	38.214	23.231	655.041
Obrigações por empréstimos no exterior	-	67.932	-	-	-	-	67.932
Debêntures	-	100.694	-	-	-	-	100.694
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	-	-	-	-	64.482	64.482
<b>Total</b>	<b>40.790</b>	<b>539.645</b>	<b>485.081</b>	<b>62.112</b>	<b>160.709</b>	<b>99.408</b>	<b>1.387.745</b>

### b. Despesas com operações de captação do mercado

	2. Semestre 2014	Exercício 2014
Depósitos interfinanceiros	(6.588)	(10.722)
Depósitos a prazo	(35.640)	(72.851)
Despesas de operações compromissadas	(14)	(24)
Recursos de aceites cambiais	(30.752)	(48.274)
Custo cota sênior	(32.344)	(51.717)
Debêntures	(15.199)	(15.199)
Outras despesas de captação	5.862	(2.957)
<b>Total</b>	<b>(114.675)</b>	<b>(201.744)</b>

## 14 Obrigações por empréstimos

### a. Obrigações por empréstimos no exterior

31/12/2014

Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Valor Original US\$	Total em R\$
Eurobonds (i) (ii)	28/10/2013	28/04/2015	US\$	8.75%	30.000	67.932

(i) Juros serão pagos em 28/10/2014 e 28/04/2015.

(ii) Principal será pago no vencimento.

Foi efetuada a emissão do “*Global Medium - Term Note Programme*” em 20 de agosto de 2013 e seu suplemento em 01 de outubro de 2013 com o objetivo de captação de recursos, estruturado pelo BES Investimento do Brasil S/A - Banco de Investimento, Cayman Branch. Foi captado o montante de US\$ 30.000 na emissão dos Eurobonds junto a 14 investidores no exterior.

**b. Resultado de obrigações por empréstimos**

	<b>2. Semestre 2014</b>	<b>Exercício 2014</b>
Variação cambial	(12.836)	(8.671)
Juros	(3.345)	(6.194)
Imposto de renda	<u>(478)</u>	<u>(885)</u>
	<b><u>(16.659)</u></b>	<b><u>(15.750)</u></b>

**15 Outras obrigações - Diversas**

	<b>2014</b>
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	18.183
Credores por antecipação do VRG - arrendamento financeiro	5.891
Provisão para pagamentos a efetuar	6.299
Provisão para passivos contingentes (ii)	17.010
Credores diversos - país:	
Comissões a pagar (iii)	6.901
Credores a repassar (iv)	8.357
Contas a pagar Bandeira - Private Label e Visa (v)	41.302
Outras obrigações	<u>2.951</u>
<b>Total</b>	<b><u>106.894</u></b>

- (i) Refere-se ao valor presente das cessões de operações de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios de acordo com a Res. nº 3.533/08, atualizados de acordo com a taxa de cessão do contrato.
- (ii) A provisão para passivos contingentes está representada por ações cíveis e trabalhistas (Nota explicativa nº 15).
- (iii) As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição.
- (iv) Credores a repassar estão constituídos basicamente por créditos a serem repassados aos cessionários com os quais a Omni realiza operações de cessão de créditos.
- (v) Contas a pagar - Bandeiras estão representadas por valores a repassar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões “private-label”, referente a compras efetuadas com o cartão de crédito.

**16 Provisão para passivos contingentes**

**a. Composição das provisões**

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

	<b>2014</b>
Ações trabalhistas e cíveis (i)	17.010
<b>Total</b>	<b><u>17.010</u></b>

- (i) Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídica.

- (ii) Refere-se à provisão para contingência relativa a cobrança de supostos débitos de COFINS, de acordo com o art. 3º da Lei nº 9.718/98, objeto de discussão nos autos do Mandato de Segurança nº 2006.61.00.021402-7, acrescidos das provisões constituídas no período de junho de 2009 a março de 2013 para o reconhecimento da parcela referente a suspensão do COFINS.

Em 27 de novembro de 2013 a Omni aderiu ao parcelamento de débitos da COFINS de acordo com a Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013, conforme protocolo nº 16327.721355/2013-16 e 16327.721356/2013-61, no montante total de R\$ 76.630 a serem pagos da seguinte forma: 20% no ato no montante de R\$ 15.326 e o saldo de R\$ 61.304 a ser pago em 59 parcelas mensais de R\$ 1.039 atualizados a taxa Selic. O saldo devedor atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 63,057, contabilizados na rubrica “Fiscais e Previdenciárias”.

**b. Movimentação das provisões**

	Exercício			Saldo em 31/12/2014
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	(Reversão)	
Ações trabalhistas e cíveis	14.591	7.430	(5.011)	17.010
<b>Total</b>	<b>14.591</b>	<b>7.430</b>	<b>(5.011)</b>	<b>17.010</b>

**17 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

O Capital social é de R\$ 217.718 e está representado por 276.091.863 ações, sendo 238.025.677 ON e 38.066.186 PN, e de 3.600.000 cotas, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas/cotistas domiciliados no país.

**b. Reservas de lucros**

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

**c. Dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

**d. Reservas especiais de lucros**

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

**18 Receita de serviços**

	2. Semestre 2014	Exercício 2014
Receita de avaliação e cadastro	30.941	55.947
Anuidade cartão de crédito	8.118	15.244
Comissão sobre compras cartão	4.721	7.880
Intermediação de seguros	478	1.480
Outras receitas	4.218	5.749
	<b>48.476</b>	<b>86.300</b>

## 19 Despesa de pessoal

	<b>2. Semestre 2014</b>	<b>Exercício 2014</b>
Remuneração	(15.088)	(25.002)
Encargos	(3.943)	(7.159)
Benefícios	(3.108)	(4.921)
Treinamento	(150)	(267)
	<u>(22.289)</u>	<u>(37.349)</u>

## 20 Outras despesas administrativas

	<b>2. Semestre 2014</b>	<b>Exercício 2014</b>
Despesas de aluguéis	(2.582)	(5.280)
Despesa de arrendamento mercantil	(982)	(982)
Comunicações	(3.020)	(6.217)
Processamento de dados	(7.331)	(14.957)
Promoções e relações públicas	(1.717)	(2.578)
Propaganda e publicidade	(1.618)	(2.781)
Seguros	(26)	(44)
Serviços do sistema financeiro	(9.381)	(20.059)
Serviços de terceiros (i)	(38.489)	(115.000)
Serviços técnicos especializados (ii)	(56.280)	(67.119)
Despesa de transporte	(384)	(706)
Despesas com viagem	(702)	(2.079)
Despesa com despachante	(1.019)	(2.396)
Emolumentos judiciais e cartorários	(8.362)	(13.006)
Multas e juros sobre impostos e contribuições	-	-
Taxas e notificações	1.031	(1.365)
Juros e encargos adesão refis	(3.518)	(7.071)
Outras despesas administrativas	(4.030)	(7.473)
	<u>(138.410)</u>	<u>(269.113)</u>

(i) Composto, substancialmente, por comissões.

(ii) Composto, substancialmente, por gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis.

## 21 Despesas tributárias

	<b>2. Semestre 2014</b>	<b>Exercício 2014</b>
Despesa com COFINS	(12.227)	(24.365)
Despesa com ISS	(4.367)	(7.114)
Despesa com PIS	(2.036)	(4.050)
Outras	(97)	(203)
	<u>(18.727)</u>	<u>(35.732)</u>

## 22 Outras receitas operacionais

	<b>2. Semestre 2014</b>	<b>Exercício 2014</b>
Recuperação de encargos e despesas	4.371	13.600
Atualização de impostos à compensar	53	242
Ações com perdas e danos	3.822	4.477
Reversão provisão ações perdas e danos	-	-
Reversão de provisões operacionais	5	711
Receita de securitização	10.689	14.370
Outras rendas operacionais	2.859	3.292
	<b><u>21.799</u></b>	<b><u>36.692</u></b>

## 23 Outras despesas operacionais

	<b>2. Semestre 2014</b>	<b>Exercício 2014</b>
Descontos concedidos	(13.458)	(25.162)
Perdas em ações de perdas e danos	(14.480)	(21.102)
Perdas com fraudes	(153)	(227)
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	(1.516)	(2.208)
Outras despesas operacionais	145	(1.421)
	<b><u>(29.462)</u></b>	<b><u>(50.120)</u></b>

## 24 Transações com partes relacionadas

### a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 3.630.

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não-monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição).

A Instituição não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

### b. Saldos com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos híbridos de capital e dívida totalizam R\$ 207.661, e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% à 148% do CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

## 25 Indicadores de risco (Basiléia) e limites operacionais

	<b>2014</b>
<b>Patrimônio de referência</b>	298.983
<b>Patrimônio de referência nível I</b>	298.983
Capital Principal - CP	234.500
Capital Complementar - CC (Instrumentos Híbridos)	64.482
<b>Patrimônio de referência total (nível I + nível II)</b>	298.983
<b>Patrimônio de referência (a)</b>	298.983
RWAcpad - crédito	156.851
RWAopad - operacional	34.178
<b>Patrimônio de referência exigido (b)</b>	191.029
<b>Margem (a- b)</b>	107.954
Rban - Juros carteira não negociável	12.821
<b>Margem (a- b)</b>	286.161
<b>Ativo ponderado pelo risco (i) (c)</b>	1.736.625
<b>Índice de Basiléia (a/c)</b>	<b>17,22%</b>

- (i) A partir de 1º de outubro de 2013, através da Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 11% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.

## 26 Outras informações

### a. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito

O Conglomerado Econômico Financeiro da Omni, atendendo às disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional N°s 3.380/06, 3.464/07 e 3.721/09 e suas alterações, possui estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacional, Mercado e Crédito, respectivamente, segregada das áreas de negócio e auditoria interna, bem como estão capacitadas a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar seus riscos, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados.

Todas as estruturas de Gerenciamento de Riscos são direcionadas para avaliação dos riscos de todas as linhas de negócio do seu Conglomerado Econômico Financeiro, bem como todos os produtos oferecidos, pautadas em políticas e procedimentos documentados.

Para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao Risco Operacional, a OMNI adotou a Abordagem do Indicador Básico, conforme disposições do Art. 5º da Circular n.º 3.383, de 30 de abril de 2008, publicada pelo Banco Central do Brasil, sendo que o Conglomerado possui estrutura de capital suficientemente robusto para comportar sem maiores dificuldades a incorporação desta metodologia.

Um melhor detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos e está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico [www.omni.com.br](http://www.omni.com.br) (não auditado).

**b. Ouvidoria**

A Instituição criou uma unidade de ouvidoria. A ouvidoria tem como incumbência representar os clientes usuários dos produtos e serviços da entidade. Para tanto, a diretoria da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, garantem todas as condições para que o funcionamento da ouvidoria seja pautado pela transparência, independência e imparcialidade no trato com os clientes e no acesso as informações que forem necessárias.

**c. Eventos subsequentes**

A administração da Instituição declara que não tem conhecimento de outros eventos subsequentes que tenham efeitos relevantes nas informações financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2014.

\* \* \*

**Diretoria**

Áureo Alves da Silva  
Contador CRC 1SP247997/O-3